

PREVIDÊNCIA

Nova decisão judicial barra a Reforma da Previdência do Doria

Aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sob forte repressão policial, a Reforma da Previdência Estadual já está valendo desde 7/3.

No final do ano passado, a Justiça barrou o trâmite do projeto e, em novo revés, o desembargador Antonio Carlos Malheiros, do Tribunal de Justiça de São Paulo, suspendeu liminarmente, nesta terça-feira (17), os efeitos da Previdência de Doria ao acatar tese da Apeoesp em ação direta de inconstitucionalidade, de que houve vício na escolha de relator especial para substituir o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Principais mudanças

Uma coisa é certa, as medidas trazem novos ataques aos direitos dos servidores estatutários e a destruição dos serviços públicos.

Pelas novas regras a idade mínima passa a ser 65 para homens e 62 para mulheres. A contribuição é de 25 anos, sendo 10 anos de serviço público e 5 anos no mesmo cargo.

Quem entrou no serviço público até 31/12/2003 cumprindo essas regras terá direito a integralidade e paridade.

A reforma acabou com a sexta-parte e a incorporação de gratificações.

Transição

Há uma regra de transição que

permite a aposentadoria com 61 para homens e 56 para mulheres, além dos 35 e 30 anos de contribuição, respectivamente. A soma da idade e contribuição deve ser 86 para mulheres e 96 para homens.

Na outra regra de pedágio, o servidor tendo idade mínima será obrigado a trabalhar o dobro do tempo que falta para se aposentar para adquirir o direito.

Contribuição

As alíquotas previdenciárias progressivas determinam desconto de:

- 11% para quem ganha até um salário mínimo paulista (R\$ 1.163,55);
- 12% para quem recebe entre R\$ 1.163,55 a R\$ 3 mil;
- 14% para quem tem salários entre R\$ 3 mil e R\$ 6.101,06;

- 16% para quem ganha acima do teto INSS (R\$ 6.101,06).

Outras mudanças

Os prejuízos não param por aí, têm mais ataques:

- Supressão do recebimento de adicional por tempo de serviço e sexta-parte para servidores remunerados por subsídio;
- Vedação de incorporação de vantagem de caráter temporário. Servidores que recebiam salários maiores quando assumiam cargos de chefia tinham um décimo da diferença entre seu salário e o salário do cargo ocupado incorporado por ano;
- Redução em 50% do valor da pensão;
- A pensão por morte passa a ser calculada por cotas.

DESCONTOS

Novas alíquotas previstas na Previdência do Bolsonaro

Pela nova regra da Reforma da Previdência do Bolsonaro, promulgada no ano passado, a partir de março de 2020, as alíquotas de contribuição vão mudar para os trabalhadores celetistas vinculados ao INSS. Elas serão progressivas, ou seja, incidirão sobre faixas de salário, como no Imposto de Renda (IR). Sendo:

- Até R\$ 1.045..... 7,5%
- De R\$ 1.045,01 até R\$ 2.089,60..... 9%
- De R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40..... 12%
- De R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06..... 14%

Esses novos descontos serão feitos em abril (referentes à folha de pagamento de março).

Entidades do campus entregam Pauta Conjunta com demandas para salvaguarda



O STU, Adunicamp, DCE e APG participaram de reunião com a reitoria nesta terça-feira (17) para apresentar a Pauta Unificada de Reivindicações referentes as medidas de quarentena para contenção da propagação do Coronavírus. Uma comissão de trabalhadores da Área da Saúde, ligados ao Conselho de Representantes do STU, também esteve presente.

A direção do STU entregou um documento com as principais demandas (acesse www.stu.org.br), visando contribuir para a proteção da vida das pessoas e evitar a propagação do Coronavírus (Covid-19).

A direção do STU considera assertiva e corajosa a medida tomada pela reitoria, mas algumas lacunas deixavam trabalhadores em situação de risco ou não reduziam o fluxo de pessoas no campus.

Todas as medidas e reivindicações da pauta devem se estender aos funcionários Unicamp, Funcamp e Terceirizados, dentre as principais demandas destacamos:

- Contratar temporários e efetivos

para ampliação de leitos para internação e UTI;

- Insalubridade de 40% para todos os trabalhadores da Área da Saúde ligados diretamente a assistência;
- Bônus de R\$ 1.000,00/mês para os funcionários da saúde, durante a pandemia;
- Disponibilizar vestimenta indumentária específica de contenção (EPI) para todos os funcionários da Área da Saúde, inclusive para os terceirizados;
- Funcionamento 24h da farmácia da UER;
- Seguro de vida para todos os funcionários da Área da Saúde;
- Liberar pedidos de férias, com prioridade para pessoas do grupo de risco;
- Suplementação orçamentária para a Área da Saúde em virtude das necessidades surgidas pela pandemia;
- Manter a produção mínima de refeições e dispensar trabalhadores do Restaurante Universitário pertencentes ao grupo de risco, além de fazer revezamento para manter o mínimo de trabalhadores juntos;
- Distribuir a alimentação fora do recinto do restaurante, em marmitas, para evitar aglomeração;
- Os fretados que realmente precisarem funcionar devem ser

abastecidos com álcool gel e os ônibus devem ser higienizados a cada trajeto.

Negociações

Parte dessa pauta já foi atendida e alguns itens estão sendo tratados pela reitoria e podem já ter sido atendidos até a publicação desse boletim.

A direção do STU entende que se trata de um fato extraordinário e de muito impacto no ano letivo e em todas as atividades acadêmicas, consequentemente, problemas não tratados neste documento terão de ser negociados à medida que forem encontrados.

Amenizando as perdas

O STU conseguiu garantir aos trabalhadores da Área da Saúde o adiantamento do vale alimentação e auxílio creche.

A medida visa amenizar os prejuízos diante da situação vivida por esses trabalhadores, neste momento em que toda a Universidade precisou paralisar suas atividades e na Área da Saúde as exigências são maiores.

Nota de Pesar

Com profundo pesar comunicamos, que ocorreu ontem (19), a morte do companheiro João Felício, ex-presidente da Apeoesp, da CUT e da Confederação Sindical Internacional (CSI), a maior organização de trabalhadores do mundo.

Comunicamos também o falecimento do companheiro Augusto César Buonicore, historiador, pesquisador, membro do Comitê Central do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e integrante da diretoria da Fundação Maurício Grabois, ocorrido semana passada (11/03).

O movimento progressista, a classe trabalhadora e o povo brasileiro perdem dois dos seus mais dedicados militantes.

Nesse momento tão triste expressamos nossa solidariedade às famílias e aos amigos desses incansáveis lutadores.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO SUSPENSO NA SEDE DO STU

Comunicamos a toda comunidade a decisão de dispensa dos funcionários do STU em consonância com a medida preventiva de isolamento social, indicada pelos órgãos nacionais e internacionais de saúde.

O objetivo é evitar aglomeração em nossa sede e a possível propagação do Coronavírus (Covid-19) no campus.

Recomendamos que fiquem atentos aos comunicados do STU, divulgados no site e Facebook, e tomem as devidas precauções de higiene e limpeza.

A diretoria funcionará em plantão nesse período e em breve informaremos as formas alternativas para contatar o sindicato.